

O TRABALHO DOCENTE COM PROJETOS PEDAGÓGICOS LEVANDO A ATITUDES COOPERATIVAS INCLUSIVAS NA SALA DE AULA

Layane Emanuely da Silva ¹

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo relatar a importância da elaboração de projetos didáticos relacionados a diversos temas que fazem parte da realidade social e escolar a partir da vivência do projeto de intervenção intitulado como: “Setembro Azul: Mês da Visibilidade da Comunidade Surda”, realizado em uma das vivências do estágio de Iniciação à Docência no Programa Residência Pedagógica. Teve-se como público alvo uma turma do 3º Ano do Ensino Fundamental Anos Iniciais de uma escola pública do campo do município de Nazaré da Mata – PE. A pesquisa de campo de caráter qualitativo traz a importância de abordar a temática da inclusão com projetos pedagógicos a partir do trabalho coletivo estudantil que teve como norteador o respeito às diferenças em uma escola municipal de Nazaré da Mata. Os objetivos são: Identificar as diferenças entre o eu e o outro; Aproximar e desenvolver empatia e aproximação interpessoal respeitando as diferenças dos colegas; Refletir a respeito da pessoa com deficiência, destacando a surdez, nos espaços, inclusive escolares. Desenvolvido em um dia em formato de oficina com dinâmicas, debates, leituras e produção. Em vista disso, teve-se como resultado discentes participativos e dispostos a envolverem-se nas atividades que foram propostas e abertos para mudanças inclusivas e atitudes cooperativas com o próximo.

Palavras-chave: Atitudes Cooperativas, Projetos Pedagógicos, Ensino Fundamental, Inclusão, Surdez.

INTRODUÇÃO

O ambiente escolar é um espaço onde nos defrontamos com vários desafios, um deles, é o de favorecer condições de inclusão mais provenientes que atendam a diversidade dos sujeitos que dele fazem parte, como as deficiências. Assumir, entender e respeitar essa diferença é um requisito primordial para uma orientação e transformação de uma sociedade mais inclusiva.

A escola por sua vez, é um espaço que favorece a fomentação do inter-relacionamento e o desenvolvimento dos sujeitos (crianças e jovens) cujo objetivo é o processo de socialização e formação cidadã. Uma vez que ser cidadão é tratar e ser tratado com urbanidade e agir da mesma maneira em relação às outras pessoas, através da troca de

¹ Graduada do Curso de Pedagogia da Universidade de Pernambuco *campus* Mata Norte - UPE, laya.manuely@gmail.com

experiência com outros indivíduos adquirir conhecimento e aprendizagem. (OLIVEIRA, 2002 *apud* MARQUES, 2018).

Para a realização metodológica dessa pesquisa foi feita uma abordagem qualitativa que segundo Câmara (2013, p. 181) “Objetivos como o de verificar de que modo as pessoas consideram uma experiência, uma ideia ou um evento são característicos de pesquisas qualitativas (...)”.

Tendo como objetivo geral trabalhar a inclusão com projetos pedagógicos a partir do trabalho coletivo estudantil que teve como norteador o respeito às diferenças em uma escola municipal de Nazaré da Mata. E os específicos: Identificar as diferenças entre o eu e o outro; Aproximar e desenvolver empatia e aproximação interpessoal respeitando as diferenças dos colegas; Refletir a respeito da pessoa com deficiência, destacando a pessoa surda nos espaços, inclusive escolares. Por este motivo, a questão central sintetizou-se pela seguinte pergunta: De que maneira é possível promover atitudes cooperativas inclusivas com projetos pedagógicos a partir do trabalho coletivo estudantil respeitando as diferenças dos sujeitos nas turmas do 3º Ano do Ensino Fundamental?

Dessa forma, foram desenvolvidos os seguintes questionamentos que subsidiaram esta investigação: Como projeto pedagógico pode contribuir para a inclusão? Qual a concepção de inclusão para os estudantes do 5º Ano do Ensino Fundamental Anos Iniciais? Como é o sujeito surdo enquanto estudante na visão dos demais discentes?

O objeto teórico de estudo é a educação inclusiva e como objeto empírico as atitudes cooperativas dos estudantes na sala de aula através do trabalho coletivo a partir de projetos didáticos, influenciando o respeito às diferenças dos indivíduos.

Sendo um dos assuntos referenciados no documento de caráter normativo Base Nacional Comum Curricular (BNCC), sabendo-se que o Brasil é um país múltiplo culturalmente e socialmente, procura-se pela equidade na educação com base nos currículos adequados a sistemas, rede e instituição de ensino (BRASIL, 2017).

Em vista disso, é importante salientar sobre a Lei Brasileira de Inclusão Comentada que cita o direito da pessoa com deficiência ter seu acesso à educação inclusiva, desse modo, o inciso IV do Art. 28 põe em questão a oferta da educação bilíngue para surdos em escolas bilíngues e inclusivas tendo a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como primeira língua e a Língua Portuguesa na modalidade escrita como a segunda (SANTOS, 2016).

Dessa forma, foi realizada uma pesquisa de campo cuja coleta de dados foi obtida a partir da aplicação de um projeto interventivo em forma de oficina intitulado: “Setembro Azul: Mês da Visibilidade da Comunidade Surda”, em sequência didática aconteceu em um

turno (matutino), o lócus foi uma escola pública do campo situada no município de Nazaré da Mata e o público contemplado foi a turma do 3º Ano do Ensino Fundamental.

METODOLOGIA

O referido projeto didático interventivo foi elaborado em formato de oficina, seguindo uma sequência didática e executada em um único dia no período da manhã, na turma do 3º Ano do Ensino Fundamental Anos Iniciais de uma escola pública municipal de Nazaré da Mata, Pernambuco, realizada em uma das vivências do estágio de Iniciação à Docência no Programa Residência Pedagógica.

A oficina intitulada de “Setembro Azul: Mês da Visibilidade da Comunidade Surda” foi ministrada em três (3) momentos. Para introdução da temática foi apresentado um livro sobre a história “Patinho Surdo” de Lodenir Karnopp e Fabiano Rosa, foi aberto um momento para leitura, e, em seguida, proposto um debate que oportunizou os estudantes fazerem suas interpretações acerca do enredo sobre personagem surdo da história, relacionado na vida real os desafios para a inclusão da pessoa com surdez nos diversos espaços da sociedade, inclusive pedagógicos e a desmistificação de apelidos pejorativos com os surdos, como exemplo: “mudinho”, “surdo-mudo”, “mouco”.

No segundo momento, aberta uma mesa redonda onde discutimos um pouco sobre a importância da Língua Brasileira de Sinais (Libras) para as pessoas surdas e o Movimento Surdo Setembro Azul que acontece em todo o país durante o mês de setembro comemorando-se algumas datas importantíssimas: 06/09 e 11/09: Datas que lembram o Congresso de Milão de 1880 que proibiu o uso das Línguas de Sinais na educação dos surdos;

23/09: Dia Internacional das Línguas de Sinais;

26/09: Dia Nacional do Surdo, data de fundação do Instituto Nacional de Educação dos Surdos (INES), a primeira escola para surdos do Brasil;

30/09: Celebra o dia do Tradutor Intérprete (TILS).

Encerrando a oficina no 3º momento com a apresentação do alfabeto manual em Libras, foi solicitado que cada discente tentasse soletrar seu nome por meio da datilografia. Sucessivo a isso, a apresentação de alguns sinais básicos relativos à educação, materiais escolares, cores e alguns cumprimentos e saudações: “Oi!”, “Bom dia!”, “Boa tarde”, “Boa noite”, “Tudo bem?”, “Obrigada!”, “Por nada!”, “Com licença”.

As atividades, neste dia, recheadas de novos aprendizados exigiram dos discentes atitudes cooperativas. Os alunos puderam aprender resumidamente sobre a inclusão de

peças com deficiência enfatizando a surdez, o respeito às diferenças entre os sujeitos, a empatia, e ainda tiveram a oportunidade de terem contato com uma segunda língua oficial do país Brasil em que vivemos, sabendo que para nós da comunidade majoritária de ouvintes a Libras é a 2ª Língua (L2) e a Língua Portuguesa é a 1ª Língua (L1) e vice-versa para a comunidade minoritária de surdos, a qual a Libras é a 1ª Língua e a Língua Portuguesa na modalidade escrita é o 2º idioma.

PROJETO PEDAGÓGICO LEVANDO A ATITUDES COOPERATIVAS INCLUSIVAS NA SALA DE AULA

A Educação Especial no ponto de vista inclusivo é uma modalidade educacional que inclui alunos com deficiências e/ou transtornos, dificuldade de aprendizado, altas habilidades em escolas de ensino regular e se orienta pela expectativa na diversidade, adota metodologias e estratégias de ensino diferenciadas. Pela Lei nº 9.394/96 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Art. 58 explica: “Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.” (BRASIL, 1996).

Sobre o que vem a ser inclusão, Sassaki (2012, p. 1 *apud* CARVALHO, 2017, p. 26) cita:

Inclusão é o processo pelos quais os sistemas sociais comuns são tornados adequados para toda adversidade humana – composta por etnia, raça, língua, nacionalidade, gênero, orientação sexual, deficiência e outros atributos, com a participação das próprias pessoas na formulação e execução dessas adequações.

Com destaque aos projetos realizados na concedente, são elaborados com diversas temáticas: *Bullying*, Inclusão, e outros. Dentre os trabalhos realizados com a temática da inclusão escolar foi aplicado o projeto de intervenção “Setembro Azul: Mês da Visibilidade da Comunidade Surda”, que teve como objetivo apresentar à comunidade escolar sobre os direitos de estudantes surdos e a historicidade sobre essa comunidade. O mês de setembro foi escolhido por representar vários acontecimentos históricos na vida educacional dos surdos; assim sendo, foi estabelecido o dia 26 de setembro como o “Dia do Surdo”, uma vez que essa data remete a fundação do Instituto dos Surdos-Mudos do Rio de Janeiro em 1857, e denominado atualmente de Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) (MONTEIRO, 2006).

Destaca-se também como relevante para a Comunidade Surda o reconhecimento da Lei da Língua Brasileira de Sinais (Libras) como a segunda Língua oficial brasileira para

ouvintes e a primeira Língua para os surdos, validada pela Lei Nº 10.436/2002 e então regulamentada pelo Decreto Nº 5.626/2005. Em seu Art. 1º ela: “É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados.” (BRASIL, 2002).

No quem vem a ser projeto de intervenção, Freire e Prado (1999, p. 113) conceituam: “A palavra ‘projeto’ vem do latim, *projectu*, que significa ‘lançar para diante’. O sentido de Projeto Pedagógico é similar, traz a idéia de pensar uma realidade que ainda não aconteceu, implica analisar o presente como fonte de horizontes de possibilidades.” Porém, Guedes et al. (2017, p. 249) denotam: “A palavra ‘projeto’ aparece em campos diferentes como expressões múltiplas bem características da época atual: projeto de pesquisa; projeto de vida; projeto da instituição; projeto pedagógico da escola; projeto de instalação profissional; etc.”. Com base nessas conceituações, Projeto Didático Pedagógico se distingue como um tipo de planejamento de conteúdos que abrange a comunidade escolar e envolve situações-problemas. Sendo ele um recurso utilizado pelo docente em suas práticas pedagógicas visando melhoria no ensino aprendizagem dos discentes. Pode contemplar apenas um conteúdo, uma disciplina, e também ser interdisciplinar com as diferentes áreas do conhecimento, e/ou abordar diferentes eixos temáticos.

Parafraseando Prado (2003, p. 2) é com o recurso da Pedagogia de Projetos que “o aluno aprende no processo de produzir, de levantar dúvidas, de pesquisar e de criar relações, que incentivam novas buscas, descobertas, compreensões e reconstruções de conhecimento.” E “[...] fazer com que o ator principal do processo ensino/aprendizagem, o alunado, participe com mais afinco de todo este processo de construção do conhecimento.” (GUEDES et al, 2017, p. 241). A participação do estudante torna-se importante por estimular o interesse pelos estudos, a interação social e essa capacidade de aprendizado cooperativo, além do mais, favorecerá seu desempenho escolar. Faz-se uma ressalva que é incumbência do professor o ofício do mediador pedagógico no acompanhamento do processo do aprendizado do alunado e também na elaboração de projetos de intervenção pedagógica para que supram as especificidades desse grupo, ofertando entre seus estudantes a interação social que considere a realidade de vivência deles.

Outro aspecto importante na atuação do professor é o de propiciar o estabelecimento de relações interpessoais entre os alunos e respectivas dinâmicas sociais, valores e crenças próprios do contexto em que vivem. Portanto, existem três aspectos fundamentais que o professor precisa considerar para trabalhar com projetos: as possibilidades de desenvolvimento de seus alunos; as dinâmicas sociais do contexto em que atua e as possibilidades de sua mediação pedagógica. (PRADO, 2003, p. 3).

Acredita-se que projetos pedagógicos por ser uma ferramenta de apoio à educação, são fortes aliados na construção e formação identitária do sujeito (GUEDES et al., 2017). Em síntese, o conhecimento não é algo consumado, mas sim algo em constante processo de aperfeiçoamento. Logo, entende-se que o trabalho intermediador docente em sua prática pedagógica baseada em projetos educativos manifesta importância quando focado na formação integral dos alunos. Reverbera em seus educandos a construção dos sujeitos, a capacidade de seu desempenho de maneira ativa na sociedade estabelecendo sua autonomia, reflexão, criticidade, solidariedade e outras virtudes humanas que caracterizam o ser cidadão.

Por esta razão, é na esfera escolar que se deve conceder ao aluno o aprender fazendo, tomando liberdade naquilo que produz, e, sobretudo, compreender e respeitar às diferenças individuais dos colegas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Considerando como um ambiente plural cuja capacidade seja atender ao público estudantil, “A escola não é só um espaço físico. É, acima de tudo, um modo de ser, de ver. Ela se define pelas relações sociais que desenvolve. E, se quiser sobreviver como instituição, precisa buscar o que é específico dela” (GADOTTI, 2007, p. 12).

Ao analisar o perfil dos estudantes em questão e perceber que os discentes carregavam traços de indiferença e falta de atitudes colaborativas entre os colegas, aproveitando que o mês de setembro tem diversas datas comemorativas que aludem à área da educação inclusiva, deu-se a importância da elaboração e execução de um projeto didático nomeado “Setembro Azul: Mês da Visibilidade da Comunidade Surda”, com o intuito de discutir sobre a inclusão. Em vista disso, surgiu a ideia de levar para a sala de aula a temática da pessoa com deficiência, tendo como figura principal o surdo.

Obtivemos resultados positivos após a aplicação da oficina como projeto, embora se observou, *a priori*, que os estudantes sentiram-se um pouco envergonhados durante a participação das atividades sugeridas, mas após um momento de debates sobre a temática em questão, levamos a refletir o quanto é importante praticar a empatia com o próximo e principalmente respeitá-lo. Isto posto, por livre e espontânea vontade participaram e perceberam que cada pessoa tem sua característica, que embora apresente alguma característica física diferente, como exemplo, ter alguma deficiência, o sujeito, por sua vez, pode praticar qualquer atividade que assim lhe for proposta, como também uma pessoa sem

deficiência. Exemplificando pessoas surdas, estas podem se comunicar em Língua de Sinais através das mãos, enquanto as ouvintes se comunicam através da fala oral.

Em virtude disso, os educandos tiveram um bom ponto de vista acerca do que vem a ser inclusão do sujeito surdo, para a garantia da igualdade social em qualquer ambiente por meio de um conjunto de ações.

Nessa perspectiva do indivíduo prezar pelo seu próximo e com iniciativa no lócus escolar, Freire (2005, p. 58 apud ROCHA, 2017, p. 5) considera que “o ideal é que na experiência educativa, educandos, educadoras e educadores, juntos 'convivam' de tal maneira com os saberes que eles vão virando sabedoria. Algo que não é estranho a educadores e educadoras”.

Ao refletirmos sobre a realidade do sistema educacional, sabemos que “A deficiência auditiva está presente nas escolas regulares, e os professores apresentam dificuldades para desenvolver atividades que atinjam esse público” Silva (2020, p. 3 apud CARVALHO, 2017, p. 9). No entanto, é imprescindível que todos os profissionais da área da educação tenham habilitação para exercer a função docente, a fim de que atendam a necessidade de cada aluno e mostrem-lhes a importância do respeito e cooperação com o outro. Portanto, o professor precisa estar ciente da realidade de seus educandos, suas vivências e relacionamento com o meio, possibilitando-lhe uma aproximação com sua turma e contribuir no processo educacional e na formação desses sujeitos. (JUNCKES, 2013).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo possibilitou a compreensão de que projetos pedagógicos são fortes aliados ao trabalho docente por abordarem diversas temáticas, principalmente pra resolver questões na sala de aula, sejam dos conteúdos das disciplinas curriculares, ou até mesmo sociais.

Nesse contexto, o projeto didático pedagógico foi utilizado para minimizar o bullying na sala de aula, levar os alunos a terem uma melhor compreensão do que é inclusão, assim aprendendo a respeitar os colegas e demais pessoas, especialmente as que têm alguma deficiência.

À vista disso, o projeto vivenciado “Setembro Azul: Mês da Visibilidade da Comunidade Surda” surgiu a partir da necessidade de reavaliar a maneira de tratamento para com pessoas surdas e a vivência da turma do 3º Ano do Ensino Fundamental no cotidiano escolar e ao longo da realização da oficina foi evidente a compreensão do quão é importante o

respeito pelo próximo. Assim, a ocasião favoreceu um momento reflexivo para os discentes e docente.

Foi uma laboração de cunho inclusivo para estimular o respeito e a empatia e compreensão de pessoas quem têm necessidade de recursos especiais, como o caso de sujeitos com deficiência. A maioria dos alunos demonstrou interesse pelas atividades, foram bem participativos e abertos ao diálogo, debate, porém outros mais tímidos foram vencidos pelos demais colegas e acabaram interagindo juntamente.

Em suma, vivenciar projetos didáticos pedagógicos em sala de aula nos desafia a termos novos pontos de vista enquanto professores e estudantes. Além do mais, explorar uma área interpessoal entre os educandos e aguçar o lado interativo de cada um.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 24 abril. 2002. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm>. Acesso em: 21 jun. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação; Base Nacional Comum Curricular: **BNCC Educação Infantil e Ensino Fundamental**, 2ª versão. Brasília, DF, 2017.

CÂMARA, R. H. Análise de Conteúdo: da teoria à prática em pesquisas sociais aplicadas às organizações. Gerais: **Revista Interinstitucional de Psicologia**, Belo Horizonte, v. 6, n. 2, p. 179-191, jul./dez. 2013.

FREIRE, Fernanda Maria Pereira; PRADO, M. E. B. B. Projeto Pedagógico: Pano de fundo para escolha de um software educacional. **O computador na sociedade do conhecimento**, v. 1, 1999.

GADOTTI, Moacir. A escola e o professor: Paulo Freire e a paixão de ensinar. 2007.

GUEDES, José Demontier et al. Pedagogia de Projetos: Uma Ferramenta para a Aprendizagem. **ID ON LINE REVISTA MULTIDISCIPLINAR E DE PSICOLOGIA**, v. 10, n. 33, p. 237-256, 2017.

JUNCKES, Rosani Casanova. **A prática docente em sala de aula: mediação pedagógica**. Simpósio sobre Formação de Professores: Educação Básica: Desafios frente às desigualdades Educacionais, 2013.

MARQUES, K. C. V. de C. **A literatura infantil e a formação cidadã: o fazer docente da educação infantil**– 2018. 165 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Católica de Brasília, 2018.

MONTEIRO, Myrna Salerno. História dos movimentos dos surdos e o reconhecimento da Libras no Brasil. **ETD-Educação Temática Digital**, v. 7, n. 2, p. 292-305, 2006.



PRADO, M. E. B. B. Pedagogia de projetos. **Série “Pedagogia de Projetos e Integração de Mídias”-Programa Salto para o Futuro**, Setembro, 2003.

ROCHA, A. B. de O. O papel do professor na educação inclusiva. *Ensaio Pedagógico*, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 11, 2017.

SANTOS, M. C. D. dos. Do Direito à Educação. In: _____. SETUBAL, J. M.; FAYAN, R. A. C. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – Comentada**. Campinas: Fundação FEAC, 2016.

SILVA, Layane Emanuely da. **A atuação do Intérprete de Libras no Ensino Fundamental Anos Finais em uma Escola da Rede Pública Municipal de Ensino de Buenos Aires-PE**. Anais VII CONEDU - Edição Online... Campina Grande: Realize Editora, 2020. Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/67505>>. Acesso em: 24 jul. 2021.